

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.413.042 - SP (2018/0325623-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS -**
 SP273843
 LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - SP398091
AGRAVADO : **CÉLIA NUNES DA SILVA**
AGRAVADO : **SORAIA NAVARRO**
AGRAVADO : **APARECIDO RODRIGUES**
AGRAVADO : **PEDRO FREIRE DA SILVA**
AGRAVADO : **DAVID AVELINO DE REZENDE JÚNIOR**
AGRAVADO : **DALVA MARIA MUSSIO GUTIERRES**
AGRAVADO : **ROSÂNGELA MARIA DE ABREU CASTRO**
AGRAVADO : **ANTENOR BATISTA EVANGELISTA**
AGRAVADO : **IVONE CARDOSO BALLARINI**
AGRAVADO : **PEDRO VALÉRIO**
AGRAVADO : **SANTA VIEIRA DE SOUZA**
AGRAVADO : **MARIA HELENA RODRIGUES**
AGRAVADO : **CARLOS ALBERTO CORNÉLIO**
AGRAVADO : **NOÊMIA DE ALMEIDA CARDOSO**
AGRAVADO : **MARIA MÁRCIA OLIVEIRA**
AGRAVADO : **CELSO ALAN MODESTO**
ADVOGADOS : **FRANCISCO DE ASSIS ZIMMERMANN FILHO - SC004200**
 RICARDO BIANCHINI MELLO - SP240212
 FELIPE MARTINS FLORES - SP309001

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/1973. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INTERESSE JURÍDICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. ANÁLISE SOBRE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL DO TEMA RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DETERMINAÇÃO DE RETORNO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal,

manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 169):

INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - Fase de cumprimento de sentença - Decisão que rejeitou a impugnação da executada, reconhecendo a possibilidade de incidência de juros de mora sobre a multa decendial e afastando a alegada ilegitimidade ativa ad causam - Inconformismo da executada - Desacolhimento - Aplicação do disposto no art. 252 do RITJSP - Alegações de ilegitimidade ativa ad causam e de impossibilidade de incidência de juros moratórios sobre o valor da condenação, que incluiu a multa decendial, que já foram rebatidas na fase de conhecimento - Pretensão da executada que afronta a coisa julgada - Inteligência do art. 503 do Código de Processo Civil - Decisão mantida - Recurso desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 201-203).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração aos arts. 17 e 485, VI do CPC, diante da manifesta ilegitimidade ativa dos exequentes Ivone Cardoso Ballarini, David Avelino de Rezendo Junior, Soraia Navarro, Vera Lucia Cavalanti Macedo e Santa Vieira de Souza que não possuem qualquer vínculo com o seguro habitacional objeto da lide; 1º-A da Lei Federal 12.409/11, modificado pelo artigo 3º da Lei Federal 13.000/14, porquanto a decisão agravada indeferiu o ingresso da CEF, por entender que não há interesse jurídico da empresa pública, declarando a competência da Justiça Estadual, para apreciação da demanda. Afirma legítima e necessária a intervenção da Caixa Econômica Federal na lide originária, com a consequente remessa à Justiça Federal para julgamento do feito, na medida em que a ação ordinária de indenização securitária envolve apólice do ramo público (ramo 66). 412 e 413 do Código Civil.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 234-246).

Não foram apresentadas as contrarrazões ao recurso especial (fl. 464 e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

O Excelso Pretório, em 14/09/2018, reconheceu a existência de repercussão geral acerca da competência para julgamento das ações em que se discute o direito ao seguro habitacional no RE 827.996/PR.

Inaugurou-se o tema 1.011, delimitando a controvérsia nos seguintes termos: "*Controvérsia relativa à existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, conseqüentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza.*"

As Colendas Turmas desta Corte Superior, de modo a evitar a prolação de decisões contrárias acerca da presente controvérsia, passou a determinar que o processo fique sobrestado na origem até o julgamento do recurso extraordinário em epígrafe.

A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO SUBMETIDO AO CPC/73. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. INTERESSE DA CEF. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DA DEMANDA. REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA RECONHECIDA PELO STF. SUSPENSÃO DO FEITO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. DECISÃO MANTIDA. 1. Aplica-se o CPC/73 a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. Distinguishing não verificado.

3. De acordo com os arts. 1.039, 1.040 e 1.041 do NCPC, que dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou do recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos, há a previsão da negativa de seguimento dos recursos, da retratação do órgão colegiado para alinhamento das teses ou, ainda, a manutenção do

acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.

3. Assim, por cautela e economia processual, e também para evitar decisões dissonantes entre o STF e este STJ, impõe-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem para lá aguardar o desfecho do recurso extraordinário admitido com repercussão geral.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1658162/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 28/08/2019)

É que toda a sorte de decisões passaram a ser prolatadas em tema tão delicado como o da competência para julgamento de determinada ação na origem.

Alguns Tribunais reconhecem a ausência de provas acerca do comprometimento do FCVS e afastam o interesse da CEF, outros a sua presença, declinando a competência para a Justiça Federal, outros, ainda, a desnecessidade dessa prova em face da Lei 13.000/14 e, ainda, há aqueles que se limitam a reconhecer que a questão deve ser analisada pela Justiça Federal, declinando da competência na forma do enunciado 150/STJ.

No mais das vezes, esta Corte Superior têm mantido a aplicação do enunciado 150/STJ ou, quando reconhecida a presença ou ausência de elementos de convicção acerca do comprometimento do FCVS, tem aplicado o enunciado sumular 7/STJ, o que acaba por fazer com que os processos sejam julgados na Justiça Federal ou Estadual, remanescendo, pois, uma séria sensação de instabilidade incompatível com a definição da competência do órgão julgador.

Deste modo, tenho que é imperioso:

a) sobrestar os processos no Tribunal de origem, de modo a que se aguarde o julgamento do recurso extraordinário, procedendo-se, então, na forma dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC de 2015.

b) conclamar a instância de origem a sobrelevar a lógica do sistema de precedentes estabelecido no CPC de 2015, negando-se seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Tribunal Superior (inciso I do art. 1.040

do CPC); ou realizando juízo de retratação se o acórdão recorrido contrariar a orientação do Tribunal Superior (inciso II, do art. 1.040 do CPC);

c) Existentes outras questões além daquela abrangida pelo tema 1.011, deverá o recurso ser reencaminhado a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas, claro, se ainda não prejudicadas.

Ante o exposto, determino o sobrestamento e a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso extraordinário com repercussão geral, proceda-se na forma dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Advirto as partes que, na esteira da jurisprudência tranquila desta Corte, a presente decisão possui recorribilidade limitada à demonstração do *distinguishing*, na forma do art. 1.037, §§9º e 10, inciso IV, do CPC, sendo que não será conhecido o eventual agravo interno ou pedido de reconsideração a pretender o julgamento do presente recurso especial.

A oposição de incidentes manifestamente improcedentes e protelatórios dará azo à aplicação das penalidades legalmente previstas.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator